



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

### Ficha de Unidade Curricular

## Licenciatura em Direito 2025-2026

### 1. Nome da Unidade curricular:

Direito da Economia

### 2. Informação Complementar:

Duração: Semestral  Anual   
Horas de Trabalho: 168  
Créditos ECTS: 6

### 3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Paulo Alves Pardal - 2 horas / semana

### 4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

### 5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Dotar os estudantes dos conhecimentos essenciais sobre as matérias da disciplina, com destaque para a organização jurídica da economia e os fenómenos de intervenção pública direta e indireta na economia. Além do ordenamento jurídico nacional também será convocada a ordem jurídica da União Europeia em matéria económica. Os estudantes serão, de igual modo, desafiados a participar nas aulas, nomeadamente através da análise crítica de jurisprudência e a realização de casos práticos.

### 6. Conteúdos programáticos:

1. Introdução ao Direito da Economia
  - 1.1. A questão da intervenção pública na economia
  - 1.2. A origem e a evolução do Direito da Economia
  - 1.3. Noção de Direito da Economia
  - 1.4. Âmbito do Direito da Economia
  - 1.5. O Direito da Economia face a outros ramos do Direito
  - 1.6. Fontes do Direito da economia
  - 1.7. Relevo da disciplina jurídica da intervenção pública direta na Economia
  - 1.8. A crescente importância das formas de intervenção pública indireta na economia.
  - 1.9. Consequências da 1ª grande crise financeira do século XXI e da crise das dívidas soberanas na Europa
  - 1.10. Impacto da pandemia COVID-19
2. A Constituição económica



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- 2.1. A emergência da Constituição económica
- 2.2. Conceitos de Constituição económica
- 2.3. Evolução da constituição económica portuguesa
- 2.4. Os princípios fundamentais da organização económica e social
- 2.5. A emergência e a evolução da Constituição económica europeia
3. A intervenção pública direta na economia
4. As nacionalizações
  - 4.1. O regime jurídico das nacionalizações
  - 4.2. A questão das nacionalizações face às crises do século XXI
5. A problemática da vedação de setores à iniciativa privada
6. O setor empresarial público e as empresas públicas, em especial
7. A crescente importância da intervenção pública indireta na economia
8. O fenómeno da liberalização da economia
9. As privatizações
  - 9.1. O contexto histórico do fenómeno das privatizações
  - 9.2. O regime jurídico das privatizações e das reprivatizações
10. As parcerias público-privadas
11. O Direito da Concorrência
  - 11.1. Práticas restritivas da concorrência
  - 11.2. Abuso de posição dominante
  - 11.3. Abuso de dependência económica
  - 11.4. Controlo de concentrações
  - 11.5. Regime dos auxílios de Estado
12. Direito da Regulação
  - 12.1. A emergência da regulação económica
  - 12.2. Regulação setorial
  - 12.3. As Entidades Administrativas Independentes
  - 12.4. A regulação e os desafios decorrentes das crises do século XXI

#### **7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:**

Os conteúdos programáticos foram selecionados de modo a maximizar a relevância prática e a atualidade dos conhecimentos transmitidos, ao mesmo tempo que se permite o debate e o fomento do raciocínio crítico sobre estas temáticas

#### **8. Metodologias de ensino:**

Aulas teóricas com exposição da matéria  
Aulas práticas com particular enfoque na resolução de hipóteses e na análise de arestos jurisprudenciais e documentos de trabalho (v.g. relatórios e documentos oficiais)

#### **9. Avaliação:**

Participação nas Aulas e Provas escritas

#### **10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:**



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

A metodologia de ensino (avaliação incluída) visa o estudo das matérias respeitantes ao Direito da Economia, bem como o desenvolvimento ativo das competências de investigação quer individuais quer em grupo

### 11. Bibliografia principal:

- AMORIM, João Pacheco, Direito Administrativo da Economia, vol. I, Almedina, 2021
- AZEVEDO, Maria Eduarda, Temas de Direito da Economia, 2ª ed., Almedina, 2015
- AZEVEDO, Maria Eduarda, Direito da Regulação da Economia, Quid Juris, 2017
- FERREIRA, Eduardo Paz, Direito da Economia, AAFDL, 2001
- GONÇALVES, Maria Eduarda, SANTOS, António Carlos, MARQUES, Maria Manuel Leitão, Direito Económico, Almedina, 8ª ed., 2022
- MORAIS, Luís, RODRIGUES, Nuno Cunha, PARDAL, Paulo Alves, Direito da Economia, vol. I, AAFDL, 2022
- PARDAL, Paulo Alves, O acidentado percurso da Constituição Económica Portuguesa, Revista da Concorrência e Regulação, Nº 22, abril/junho 2015
- PARDAL, Paulo Alves, Regulação e Agricultura: as instâncias regulatórias estaduais em matéria agrícola, in AA.VV., Garantia de Direitos e Regulação: Perspetivas de Direito Administrativo (coord. CARLA AMADO GOMES, RICARDO PEDRO, RUTE SARAIVA e FERNANDA MAÇAS), AAFDL, 2020
- PARDAL, Paulo Alves, As medidas de emergência no setor agrícola, in AA.VV., Direito Administrativo de Necessidade e de Exceção (coord. CARLA AMADO GOMES e RICARDO PEDRO), AAFDL, 2020
- PARDAL, Paulo Alves, Nótulas sobre o Impacto económico da COVID-19, Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Ano LXI, nº I (Número Temático: Covid-19 e o Direito), 2020
- PARDAL, Paulo Alves, Breve ensaio sobre a coexistência de setores na Constituição económica de Moçambique, in AA.VV., Estudos Comemorativos dos 30 Anos de Cooperação entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane (Org. DÁRIO MOURA VICENTE, HENRIQUES JOSÉ HENRIQUES, CATARINA SALGADO MATOS e ALMEIDA ZACARIAS MACHAVA), AAFDL, 2021

### 12. Observações:

Divulgação de elementos adicionais durante o curso